

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÍTALO - IBERO-BRASILEIRO DE ESTUDOS JURÍDICOS : o Direito Público e o Direito Privado no Limiar do Século XXI : temas recorrentes*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça e
do Conselho da Justiça Federal*

O Superior Tribunal de Justiça, Corte nacional incumbida de zelar pela autoridade e uniformidade do direito federal infraconstitucional, tem apoiado, entre outros, eventos que visam ao aprimoramento dos sistemas reguladores da convivência em sociedade e que buscam caminhos para a consecução da justiça social.

Assim, mais uma vez, sedia o “Seminário Internacional Ítalo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos” – já na terceira edição –, o qual enfocará relevantes aspectos do Direito Público e do Direito Privado à luz do contexto do século XXI.

Bem sabemos que fortes laços culturais de base comum irmanam o Brasil e os demais países aqui representados: língua, literatura, credo e pensamento jurídico. Na verdade, se de Roma haurimos as raízes do nosso Direito, da Península Ibérica, mormente de Portugal, herdamos a alma, em cujo bojo vieram a religião e a língua portuguesa, “última flor do Lácio, inculta e bela”, hoje idioma oficial de quase 200 milhões de pessoas.

Imensa, portanto, é a satisfação do Superior Tribunal de Justiça ao declarar instalados os trabalhos de tão significativo encontro.

* Palavras proferidas na abertura do evento, STJ, 21.09.2006.



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

Senhoras e Senhores, como não caberia, nesta breve palavra de abertura, adentrar o vasto universo do temário, devo ater-me a algumas considerações acerca do rumo que, nos últimos anos, vem tomando o Direito em decorrência das profundas transformações sociais ocorridas em escala mundial.

É inquestionável que a vida em sociedade, nos dias atuais, difere, completamente, daquela experimentada quando da clássica bipartição romana do Direito em Público e Privado - dicotomia a que nunca faltaram críticas, hoje com uso restrito aos fins didáticos, haja vista o seu poder de simplificação. Ainda assim, seguida da advertência de que há normas que não se colocam, com caráter de exclusividade, em um dos pólos da bipartição.

As mencionadas transformações, que germinaram após a Revolução Industrial, exigiram dos estudiosos e legisladores uma nova análise dos problemas sociais, a partir daquela época vistos sob a ótica da garantia dos direitos fundamentais, das liberdades públicas e da equidade.

Com esse avanço das sociedades e o conseqüente aparecimento de relações complexas e plurais, as constituições modernas, tal como a Carta Magna brasileira de 1988, passaram a disciplinar matérias antes exclusivas do Direito Privado, bem como a demarcar os limites da autonomia privada, da propriedade, do controle de bens, da proteção dos núcleos familiares e outros.

No limiar do século XXI, então, observa-se a aceleração vertiginosa de um fenômeno que teve início nas últimas décadas do século passado: a velocidade da informação parece ter diminuído o mundo, de modo que as metamorfoses sociais, políticas, econômicas e,



principalmente, tecnológicas estão forjando um novo mundo, dando feições inéditas aos padrões jurídicos, os quais já não podem ser os mesmos. Aos sistemas tradicionais, aparentemente livres de condicionamentos, sobrepõem-se soluções mais abertas aos novos dados sociais.

Estamos vivendo, portanto, como todos sabemos, a era da globalização, que é, também, a era dos direitos. A soberania nacional não se põe mais como um conceito absoluto. Nos dias que correm, são visíveis os condicionamentos internacionais, que limitam ações não-condizentes com diretrizes também internacionais, sobretudo aquelas ditadas pela ONU, pela OIT e pela UNESCO. É notório que as demandas sobre direitos humanos se universalizam; que existe uma crescente adaptação das legislações nacionais às comunitárias; que não há mais como isolar-se: o que é aplicável a um indivíduo também o é a cada país e ao conjunto de todos os povos.

Lembro, a propósito, lição do grande jurista Clóvis Bevilacqua:

O homem não se contém dentro dos limites da sua pátria. Exerce a sua atividade, criando relações econômicas, intelectuais e morais em outros países, e o direito, que preside a essas relações, há de ter um caráter acentuadamente humano, porque elas transpõem as lindes dos países e não podem ser contidas dentro das normas dos direitos nacionais. Ainda que, no estado atual do direito, cada soberania estabeleça os preconceitos reguladores dessas relações, ela o faz respeitando as leis de outras soberanias, que, em determinadas oportunidades, aplicam. É o ponto de vista humano, que determina a eficácia das leis no espaço.

Nesse amplo contexto, é alvissareiro vermos surgir o interesse de tantos magistrados, juristas e professores de escol, além de importantes personalidades públicas, provenientes todos do Brasil e de outros países, que integram este magno evento. Em conjunto,



debateremos, discutiremos e, em alguns aspectos, traremos propostas sobre os rumos que o Direito está tomando.

Vale ressaltar que o fomento a tais discussões não tem o intuito de relegar, precipitadamente, as categorias existentes, ainda que em descompasso com a realidade do novo século. O que se pretende é repensá-las, para que possam garantir a qualidade das afirmações e classificações num momento em que a sociedade pede abertura para o futuro.

Em tal conjuntura, os estudiosos da ciência jurídica não podem quedar-se inertes, vinculados a idéias concebidas para outras situações; ao contrário, devem buscar a atualização, a modernização dos conceitos, enfim, adequá-los aos novos tempos, para que se promova e efetive a justiça social.

É para isso que estamos aqui reunidos.

Muito obrigado.

